



Barragem de Anchicayá: após 22 anos, a Corte Constitucional da Colômbia decide a favor da justiça para as comunidades de Anchicaya

Após realizar um extenso estudo, a Corte Constitucional da Colômbia decidiu proteger os direitos fundamentais das comunidades afetadas pela barragem de Anchichayá. A decisão completa deve ser divulgada até setembro de 2023

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

21 de junho de 2023

CONTATO PARA IMPRENSA

Monti Aguirre, International Rivers, moni@internationalrivers.org, +1 707-591-1220 (português, inglês e espanhol)

Silvano Caicedo, presidente de la Organización Etnico-territorial ONUIRA silvanocaicedo1966@outlook.es (Espanhol)

Benjamín Mosquera, Consejo Alcalde Comunitario del Río Anchicayá, bmr1173@gmail.com (Espanhol)

Germán Ospina, representante legal del Consejo Comunitario del Río Anchicaya, germanospinam@gmail.com (Espanhol)

Colômbia - Desde 21 de julho de 2001, as comunidades afetadas pela barragem de Anchicayá, na Colômbia, têm buscado incansavelmente justiça e reparação pelos danos causados pela Empresa de Energía del Pacífico (EPSA).

Naquele dia fatídico, os moradores acordaram e encontraram seus vilarejos e o rio envoltos em lama. Silvano Caicedo, um representante das Comunidades Afro-Colombianas do Rio Anchicayá, relembra vividamente a experiência angustiante: "*Quando tentamos navegar pelo rio, foi impossível, ele estava cheio de lama. Nós cortamos a lama do rio com os remos*".

A EPSA, uma empresa do grupo espanhol Fenosa, era quem operava a represa de Anchicayá em 2001. A EPSA abriu os compartimentos da barragem e, durante mais de um mês, despejou ilegalmente cerca de 500.000 m³ de sedimentos acumulados no rio Anchicayá, quase 40 anos em sedimentos que estavam acumulados na barragem. O descarte causou sérios danos ambientais ao rio e ao ambiente ao redor, resultando em mortes de peixes e um impacto na qualidade da água do rio, bem como em manguezais e terras agrícolas.

Nos últimos 22 anos, as mais de 20 comunidades afetadas, juntamente com seu advogado Germán Ospina, navegaram pelas complexidades do sistema judiciário colombiano lutando pela proteção de seu direito fundamental à saúde, ao saneamento, aos direitos sociais, culturais,



ambientais e econômicos e a uma vida digna. Agora, sua longa espera por uma solução pode finalmente estar chegando ao fim.

No início deste mês, [o Tribunal Constitucional da Colômbia decidiu a favor da proteção dos direitos fundamentais das comunidades de Anchicayá](#), de acordo com a declaração do tribunal. A decisão final será anunciada até setembro de 2023.

"Recebemos com alegria a decisão do Tribunal Constitucional de reconhecer como causa do desastre de 2001 o fracasso sistemático dos proprietários das barragens e dos órgãos governamentais em cumprir suas obrigações, bem como a violação dos direitos fundamentais a um ambiente saudável, água, trabalho e alimentação", diz Germán Ospina, advogado que representa as comunidades. "A decisão da Corte nos dá esperança e confiança na justiça".

A Corte ordenou que a empresa realizasse com urgência uma análise completa da estabilidade da barragem, do bloqueio, da vida útil do reservatório e dos possíveis riscos à fauna e à flora. Além disso, a Corte destacou a necessidade urgente de abordar a incerteza quanto à qualidade da água no rio.

Em uma versão resumida, a Corte identificou as seguintes violações de direitos fundamentais:

- a) Violação do direito a um ambiente saudável: a persistente não conformidade da EPSA com vários componentes do Plano de Gestão Ambiental gera preocupações sobre a operação, manutenção e vida útil geral da usina hidrelétrica. O princípio da precaução deve ser aplicado para lidar com essa incerteza.
- b) Violação do direito à água: o estado atual do ecossistema aquático do rio Anchicayá, que é vital para o abastecimento de água das comunidades, é desconhecido.
- c) Violação do direito ao trabalho e à alimentação: vários fatores, inclusive a falta de informações hidrobiológicas e o não cumprimento de acordos sobre o fortalecimento de práticas agrícolas e pesqueiras tradicionais, afetaram negativamente as atividades pesqueiras e agrícolas. Os compromissos do Plano de Gestão Ambiental sobre geração de empregos e treinamento de habilidades também foram implementados de forma inadequada.
- d) Violação do direito a tratamento diferenciado como grupo étnico afrodescendente: O não cumprimento dos acordos de consulta prévia e as afetações ao meio ambiente, à água, ao trabalho e à alimentação afetaram negativamente os direitos bioculturais das comunidades negras do rio Anchicayá, impedindo sua capacidade de habitar o território e preservar seus costumes e tradições.

Além disso, a Câmara Plena do Tribunal Constitucional identificou um déficit sistemático nas informações fornecidas pela CELSIA, a empresa atualmente responsável pela barragem. Como resultado, não há certeza se as condições atuais, a estabilidade e a vida útil do reservatório e da



barragem, que foi concluída em 1974, expõem potencialmente as comunidades a perigos graves e irreversíveis semelhantes aos que enfrentaram em 2001.

Para a comunidade internacional, a decisão do tribunal colombiano pode representar um avanço importante para a restauração ambiental e o direito fundamental à água. Esse caso avançou em direção à justiça graças ao trabalho do Earth Law Center, Lawyers Without Borders-Canada, Réseau International des Droits Humains e muitas outras organizações que têm apoiado essas comunidades.

"Os sucessos alcançados por comunidades como as da região do rio Anchicayá servem como lembretes poderosos do potencial de mudança positiva por meio da ação coletiva e da defesa de direitos. Eles nos inspiram a continuar trabalhando por um mundo em que a proteção ambiental e os direitos da comunidade sejam priorizados e mantidos", disse Monti Aguirre, da ONG International Rivers. "Ainda estamos aguardando a publicação da sentença completa e esperamos que, além de reconhecer os direitos fundamentais da comunidade, o Tribunal conceda os direitos do Rio Anchicayá, conforme solicitado pela comunidade". Aguirre é a diretora na América Latina da International Rivers, uma organização global que trabalha há mais de 35 anos na proteção de rios e das comunidades que dependem deles. Essa decisão judicial é um passo positivo e histórico em direção à justiça e ao reconhecimento dos direitos da comunidade.

###